



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

Local: Instituto Roberto Miranda

Data: 26 de novembro de 2015

Horário: 08h30

1 Aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e quinze realizou-se reunião ordinária do
2 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no Instituto Roberto Miranda. Magali
3 inicia com apresentação dos presentes. **1. Aprovação da pauta:** Sr. Joed solicitou que fosse incluída na pauta a
4 discussão sobre mudança do local da reunião. A pauta foi aprovada. **2. Aprovação a ata:** A ata da reunião
5 anterior não estava pronta para ser lida, desta forma ficou de ser aprovada na próxima reunião. **3. Composição**
6 **das comissões:** Magali retoma que algumas comissões ainda estão com vacância, uma delas é a Corregedoria
7 dos Conselhos Tutelares. Tércia coloca que atualmente os presidentes dos Conselhos Tutelares também
8 participam da Corregedoria, hoje como estão em 4 Conselhos, para ser paritário, teríamos que ter 4 membros
9 do CMDCA para compor a corregedoria. A Lei também coloca que deve ser 2 representantes governamentais e 2
10 representantes da sociedade civil. Tercia também coloca a importância de ter na sua composição pessoas da
11 área do Direito. Camila explica que a conselheira eleita pelo NEDDIJ é a Claudete Canezin, porém irão indicar
12 outra representante. Camila participava anteriormente da Corregedoria e coloca a dificuldade em se avaliar os
13 processos com a presença dos próprios conselheiros. Tércia aponta que é necessária uma alteração na lei
14 aprovada na Câmara de Vereadores e este é um trabalho inicialmente para a Comissão de Legislação. Foram
15 indicados para compor esta comissão o conselheiro Cláudio Roberto da Secretaria de Planejamento enquanto
16 representante governamental e o representante do NEDDIJ enquanto sociedade civil. Magali fala da
17 necessidade de cada comissão eleger um coordenador para facilitar o contato da secretaria administrativa do
18 CMDCA. Magali pede que Claudio faça o relato da reunião da comissão que foi formada na reunião anterior para
19 discutir o encerramento das turmas de ensino médio no período noturno na escola de Guaravera junto ao
20 Núcleo Regional de Ensino. Cláudio esclarece que foi questionado pelo NRE sobre a frequência dos adolescentes
21 na escola, visto que o NRE aponta que os adolescentes têm feito a matrícula e, na sequência, se ausentam. As
22 turmas estão com baixíssima frequência, não justificando a manutenção da equipe de ensino. Cláudio aponta
23 que o NRE foi bastante solícito e apresentaram propostas alternativas. O NRE está disponível, mas precisa ter
24 mais o compromisso da participação dos alunos. Magali sugere que a comissão se reúna novamente e faça os
25 encaminhamentos necessários ou que o NRE compareça à reunião do CMDCA para discutir os assuntos. Outro
26 ponto apresentado é que a listagem entregue pelos adolescentes de Guaravera com cerca de 20 nomes que
27 seriam a demanda para a escola refere-se aos 3 anos do Ensino Médio que, diluindo nos 3 anos ficariam poucos
28 alunos por turma. Tercia sugere que, como a comissão já foi anteriormente formada, este grupo dê continuidade
29 junto com os estudantes que estiveram na reunião anterior e tragam os encaminhamentos, a fim de que no
30 início do ano já tenham possibilidade de estudarem. Alexandra coloca que na reunião anterior os alunos
31 trouxeram uma listagem preliminar e ficaram de levantar uma listagem mais completa com os nomes e com
32 número de documentos. Também retoma que Dra. Aletéia manifestou que, caso o NRE não aponte soluções, o
33 MP pode instaurar processo, a fim de que o direito dos adolescentes seja garantido. Magali retoma a questão
34 das Comissões e faz a leitura das atribuições de cada uma. Enfatiza a importância de que se reúnam o quanto
35 antes para retomarem os trabalhos e que elejam um coordenador. Clarice questiona sobre as Comissões
36 temporárias, como a do Plano Decenal, que também deveriam ter suas atribuições definidas. Tércia sugere que
37 a própria comissão construa as atribuições. Tércia lembra que este trabalho foi definido por Decreto, mas é
38 necessário que seja feita alterações em sua composição pela mudança dos conselheiros e precisa sair uma
39 resolução do CMDCA com estas alterações. Clarice fala da dificuldade da presença dos componentes nas
40 reuniões, que o trabalho não está caminhando. Tércia lembra que este Plano não é responsabilidade da
41 Secretaria de Assistência, é responsabilidade do CMDCA com participação de todas as políticas. A SMAS irá fazer

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

42 contato com cada Secretaria Municipal reforçando a necessidade de participação. Clarice coloca que a próxima
43 reunião será no dia 02 de dezembro às 8 horas na sala de RH da Prefeitura. É necessário que o trabalho caminhe
44 para que o plano esteja pronto até setembro. Tércia coloca que o tempo é curto, visto que precisa de consulta
45 pública através de audiência. Clarice também questiona sobre o papel da Assessoria da Criança e do
46 Adolescente, se não caberia a ela a coordenação deste grupo. Magali e Tércia consideram que seria pertinente.
47 Tércia sugere que Magali converse com Nanci sobre esta possibilidade. Cristian coloca que, neste momento de
48 transição, sente que ele e outros conselheiros que estão novos, estão com dificuldade em se apropriar dos
49 processos. De fato, vê que é importante eleger os coordenadores e se apropriarem das pendências e colocar as
50 prioridades com prazos. Tércia sugere que as comissões busquem os conselheiros anteriores para realizarem a
51 transição. Eliane diz que algumas comissões já se reuniram e que alguns conselheiros anteriores estão
52 disponíveis, assim que as comissões agendarem as reuniões devem comunicar a secretaria do CMDCA. Tércia
53 sugere que já se eleja um representante das comissões para chamar as reuniões. Fica assim definido: Fabio
54 referência para a comissão de divulgação; Cristian fica como referência para a comissão de Legislação; Cláudio
55 Melo é o coordenador da Comissão de Fundos; Magali como referência da Comissão de Acompanhamento dos
56 Conselhos Tutelares – nesta comissão Tércia irá participar enquanto colaboradora da Secretaria de Assistência;
57 Corregedoria dos Conselhos Tutelares: Tércia solicita se Camila do NEDDIJ poderia ficar como referência inicial,
58 visto que participava desta comissão na gestão anterior do CMDCA. Camila fica como referência, junto com
59 Cláudio Roberto. Alexandra questiona se não há outras comissões com composição pendente. Tércia lembra da
60 Comissão Municipal de Enfrentamento a Violência à Criança e ao Adolescente, contextualiza sobre a trajetória
61 desta comissão no CMDCA, que esteve por algum tempo com outra instituição (SEMEAR), mas precisa ser
62 retomada neste Conselho. Cristina, coordenadora do CREAS 3, coloca o trabalho que está sendo realizado de
63 unificação das fichas de notificação junto à Saúde, Políticas para as Mulheres, Conselho Tutelar e outros órgãos
64 e que a violência contra às crianças e adolescentes hoje é pouco notificada. Tércia retoma que a ficha de
65 notificação é apenas uma das atribuições desta comissão, que tem várias frentes a ser aprofundada. Clarice
66 questiona se o foco são todos os tipos de violência, porque daí as atribuições se ampliam, como por exemplo os
67 adolescentes que são assassinados diariamente. Júnior lembra que outras comissões foram formadas, como a
68 Comissão de Adolescentes em Conflito com a Lei e a comissão que estava discutindo sobre as escolinhas de
69 Futebol. Alexandra traz a informação de que hoje a existência desta comissão não é obrigatória, conforme
70 determinação anterior do Estado. Como esta determinação foi revogada, traz a possibilidade de ampliar as
71 atribuições desta comissão. Cristian fala da dificuldade em se criar outras várias comissões e não conseguirem a
72 participação dos conselheiros. Júnior também aponta que a comissão com a demanda de vários tipos de
73 violência tem seu foco prejudicado. Tércia sugere que seja pautado no CMDCA a apresentação dos trabalhos já
74 realizados pelos serviços das diversas políticas na área do Enfrentamento à Violência a Criança e ao Adolescente
75 e na área de adolescentes em Conflito com a Lei para posteriormente avaliar a necessidade de composição
76 destas comissões pelo CMDCA. Fica de ser articulado a apresentação com os serviços municipais. **4. Mudança**
77 **de local:** Sr. Joed retoma a questão do local, já que havia sugerido o ISBL. Magali coloca que até o final do ano
78 será necessário manter as reuniões no Instituto Roberto Miranda, visto que no edital da eleição complementar
79 consta este local para a votação. Magali questiona sobre as vagas de estacionamento do ISBL, Sr. Joed diz que
80 são para 12 carros, Magali diz que fica difícil, visto que são poucas vagas e a Av. JK tem poucas possibilidades
81 para estacionar. Sr. Joed coloca à disposição a Igreja das Missões na Vila Casoni. Cláudio coloca que para o
82 próximo ano tem a disponibilidade de uma sala na Guarda Mirim. Também foi sugerido solicitar espaço na
83 Fundação Tamarozí. Após discussão, foi definido que as reuniões para o próximo ano serão na Guarda-Mirim.
84 Fica mantido às quintas-feiras, quinzenalmente, alternado entre manhã e tarde para possibilitar a participação
85 de adolescentes. **5. Relato das Comissões:** Comissão de Fundo: Cláudio relata que a comissão de fundos se
86 reuniu e que, inicialmente, foi realizada apresentação por parte dos representantes da Secretaria da Assistência

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

87 (Aurélio, Edson e Samia) um novo sistema informatizado para acompanhamento do Fundo da Criança. Em
88 seguida, realizaram avaliação do projeto da entidade Nuselon, onde constataram a falta de assinatura em um
89 dos orçamentos, solicitando à entidade as adequações necessárias. Também analisaram o projeto
90 Transportando Cidadania e solicitaram justificativa da suplementação do valor via Fundo, já que o valor
91 solicitado não corresponde ao que a entidade tem como saldo no Fundo. Além disso, foi identificado que não
92 consta a mesma categoria de veículo na planilha de aplicação de recurso, necessitando adequação nos
93 orçamentos. Cláudio aponta a necessidade de resgatar todas as resoluções do CMDCA para conhecimento, que
94 isso é um serviço administrativo que talvez demande o envolvimento de vários conselheiros. Tércia coloca a
95 dificuldade a curto prazo de dispor de um funcionário a mais para a secretaria do CMDCA e se compromete a
96 ver internamente na SMAS funcionários que possam pontualmente contribuir na organização das resoluções.
97 Júnior aponta que já foi realizado este levantamento das resoluções até o ano de 2013 e que estão disponíveis
98 no site do CMDCA. **6. Informes:** Magali lê documento enviado pelo o Sr. Lino Giannecchini e Sr. Roberto Arioza
99 enquanto representantes os Fórum Permanente, solicitando retomada da comissão criada em agosto de 2015 no
100 CMDCA para discutir e buscar aprimorar o fluxo do repasse para as entidades da destinação casada do imposto
101 de renda. Denise Caldeirão coloca que a comissão se reuniu algumas vezes, pesquisou outros municípios como
102 Maringá, Porto Alegre e Joinville. Magali sugere que seja retomada a comissão. Denise aponta que a Comissão
103 de Legislação também precisa ser envolvida já que é necessário a criação de uma Portaria para posteriormente
104 se tornar Decreto regulamentando os fluxos. Tércia coloca que a SMAS foi chamada na Câmara para falar do
105 Fundo. O município precisa formalizar os fluxos e prazos, a fim de que isto fique definido e os processos sejam
106 concluídos com mais eficiência. Denise, enquanto representante da Comissão de Legislação, fica de levar este
107 assunto para a comissão e, posteriormente, retomar com a comissão anterior para esta discussão específica.
108 Clarice informa que esta semana está participando da 2ª Semana Municipal de Transparência, Prevenção e
109 Combate à Corrupção, promovida pelo Conselho Municipal de Transparência. Neste evento houve a seleção de
110 projetos da administração pública considerados “Boas Práticas”, a Secretaria de Assistência apresentou o
111 sistema IRSAS e foi premiado em 2º lugar. O Conselho de Transparência está organizando o Fórum dos Conselhos
112 e irão enviar ofício solicitando representação do CMDCA. Neste contato, foi apontado para Clarice que o CMDCA
113 tem cadeira no Conselho da Transparência e que não está havendo participação. Magali abre para a plenária
114 verificando que teria interesse na composição deste Conselho, porém não houveram interessados. Fica como
115 pauta pendente. Tércia dá retorno sobre a solicitação de recurso do Fundo para a participação de técnicos das
116 instituições de Acolhimento Institucional para participação em Congresso Internacional de Acolhimento
117 Institucional em São Paulo: mesmo com aprovação em plenária, não houve aprovação da Controladoria do
118 município pela liberação do recurso por diversos motivos, desta forma o recurso do Fundo não foi utilizado.
119 Tércia também coloca que dia 11 de janeiro haverá posse dos novos 25 Conselheiros Tutelares, iniciando o 5º
120 Conselho. Aponta que a estruturação de mais uma sede implica num alto investimento e a viabilização de toda a
121 estrutura é bastante complexa porque implica em ampliação de diversos contratos e aquisição de equipamentos
122 pelo município. Tércia acrescenta que se faz necessário rever a regionalização, a abrangência de atuação de cada
123 Conselho Tutelar e a sede. Hoje há divergências sobre este aspecto, a SMAS irá subsidiar com alguns dados e
124 faz-se necessária a participação do CMDCA nesta discussão. Há também necessidade de preparação de
125 capacitação para a acolhida dos conselheiros em janeiro logo após a posse. Outro ponto é definir o local de
126 trabalho dos Conselheiros, visto que é necessário mesclar os conselheiros novos com os antigos. A Comissão de
127 Acompanhamento dos Conselhos Tutelares fica de discutir e encaminhar estes pontos. Deverão trazer uma
128 proposta na reunião do dia 17 de dezembro. Alexandra coloca que não sabia anteriormente que a Nanci estava
129 respondendo pela Assessoria da Criança e Adolescente e questiona Tércia sobre qual o tempo que ficou definido
130 para a dedicação nesta função, visto que ela divide o tempo com outra atribuição na Secretaria de Políticas para
131 as Mulheres. Pensa que esta função é de extrema importância e que Nanci precisa estar envolvida nas diversas



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

132 discussões. Tércia resgata a criação desta assessoria, o tempo em que Patricia Pedalino participou e após sua
133 saída, Nanci assumiu, acumulando a função junto à Secretaria de Políticas para as Mulheres e a presidência do
134 CMDCA. Agora sem a presidência do CMDCA, poderá se dedicar mais à Assessoria e faz-se necessária sua
135 participação efetiva nos espaços de discussões na área da infância. Alexandra também sugere que esta
136 Assessoria seja assegurada junto ao prefeito. Magali fica de agendar com o prefeito um horário onde possa ser
137 apresentada a nova composição do CMDCA. Junior agradece o convite para participar da reunião enquanto
138 Defensoria Pública e se coloca à disposição para contribuir nas discussões afetas a sua área. Nada mais havendo
139 a ser tratado, deu-se por encerrada a presente reunião e para constar eu, Adriana da Cruz Barrozo, lavrei a
140 presente ata.